

**Proc. TC-037.310/2018-6**  
**Tomada de Contas Especial**

### **PARECER**

Trata-se de tomada de contas especial instaurada em razão da inexecução do objeto do Contrato de Repasse 201.534-98/2006 (Siafi 582.997), firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – por intermédio da Caixa Econômica Federal – e o município de Coroatá/MA, tendo por objeto a construção de um centro de abate misto, currais e aquisição de maquinário e equipamentos.

À vista dos elementos constantes dos autos, manifestamo-nos de acordo com a proposta da Secex-TCE (peça 18), no sentido de julgar irregulares as contas da Sra. Maria Teresa Trovão Murad (ex-prefeita na gestão de 2013-2016, CPF 636.102.801-15), condenando-a em valores de débito e aplicando-lhe a multa prevista no art. 57 da referida lei.

Em acréscimo, apenas sugerimos que a condenação seja fundamentada no art. 16, inciso III, alíneas “b” e “c” – em vez de apenas alínea “c” – da Lei 8.443/92, com vistas a fundamentar a irregularidade das contas pela não comprovação da regular aplicação dos recursos e também pela ocorrência de ato de gestão antieconômico e com infração à norma legal ou regulamentar.

Tal se justifica em razão da conduta omissiva da responsável em não dar continuidade às obras iniciadas por seu antecessor no tocante ao Contrato de Repasse 201.534-98/2006 (Siafi 582.997) que, mesmo vigente e havendo ainda recursos a serem transferidos, com prorrogação ainda solicitada pela responsável em 11/9/2013 (peça 3, p. 76), permaneceram as obras paralisadas e sem manutenção, não resultando na consecução do objeto pactuado.

Por oportuno, registramos nossas considerações no tocante à aferição da prescrição com base na Lei 9.873/99 (Lei da Prescrição Administrativa), matéria de ordem pública que voltou a ser objeto de crescentes considerações no âmbito do TCU após a decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 636.886 (Tema 899 da repercussão geral).

Sobre a aferição da prescrição com base Lei 9.873/99, não endossamos conclusão pela prescrição do débito (pretensão de ressarcimento) baseada no referido julgado do STF, porquanto tal decisão não transitou em julgado, podendo ainda ser revista ou sofrer modulações, o que pode modificar substancialmente o conteúdo daquela decisão inicial que, por sua vez, contrasta com a regra da imprescritibilidade do ressarcimento ao erário prevista no art. 37, § 5º, da Constituição e, até o momento, consagrada em uníssono na jurisprudência do TCU.

Também não sustentamos conclusão pelo sobrestamento do julgamento do processo até a decisão definitiva do STF sobre o RE 636.886, porquanto tal medida pode gerar precedente capaz de provocar enorme acúmulo de processos não julgados e trazer prejuízos à contemporaneidade do controle externo ao criar jurisprudência contrária ao Princípio da Independência de Instâncias.

**No tocante à aferição da prescrição da pretensão punitiva, alinhamos nosso posicionamento ao da Procuradora-Geral do MP/TCU (TC 032.048/2016-5) e aos julgados mais recentes do STF, no sentido da aplicabilidade da Lei 9.873/99 em detrimento do entendimento do Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, considerando que a referida lei apresenta uma especificidade maior e mais alinhada com a atividade de controle externo.**

Nesse sentido, a Lei 9.873/99 (alterada pela Lei 11.941/09) estabelece prazo de prescrição para o exercício da ação punitiva pela Administração Pública Federal, dispondo ainda sobre o termo inicial e as causas de interrupção da respectiva contagem:

*Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.*

*§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.*

*§ 2º Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.*

*Art. 2º Interrompe-se a prescrição da ação punitiva:*

*I – pela notificação ou citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital;*

*II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato;*

*III - pela decisão condenatória recorrível.*

*IV – por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal. (grifamos)*

Com efeito, a contagem do prazo prescricional será interrompida e restituída na integralidade sempre que verificada a ocorrência de alguma das hipóteses legais, não havendo vedação legal no sentido de que esse prazo seja interrompido mais de uma vez, como no presente caso, haja vista a ocorrência de várias hipóteses interruptivas até o momento, cada qual restituindo a integralidade do prazo prescricional previsto na Lei 9.873/99.

No presente caso, o termo inicial da contagem do prazo ocorreu em 13/1/2015 (prestação de contas final, peça 3, p. 94-104), sendo interrompida em 12/5/2017 (notificação do órgão fiscalizador, peça 4, p. 78-81), 7/3/2018 (instauração da TCE, peça 4, p. 62-65), 16/6/2019 e 19/7/2019 (citação; peça 7 e peças 11 e 12), entre outros atos de apuração, não permanecendo o processo parado por mais de três anos, tampouco por mais de cinco anos sem a ocorrência de causa interruptiva prevista no artigo 2º da Lei 9.873/99.

Percebe-se que, havendo o andamento regular do processo, torna-se até mesmo mais difícil a ocorrência da prescrição com base na Lei 9.873/99, ocorrendo usualmente várias causas interruptivas sucessivas e cumulativas aptas a reiniciar a contagem do prazo prescricional na sua integralidade.

Com efeito, a prescrição da pretensão punitiva também não ocorre nestes autos se considerados os parâmetros da Lei 9.873/99 (Lei da Prescrição Administrativa).

Ministério Público, em 29 de março de 2021.

*(Assinado Eletronicamente)*

**Marinus Eduardo De Vries Marsico**  
Procurador